

ALGUNS CAMÕES BEM DIFERENTES

[A FEW QUITE DIFFERENT CAMÕES]

MATHEUS DE BRITOⁱ

ORCID 0000-0003-3889-3345

Universidade Estadual de Campinas – Campinas, São Paulo, Brasil

Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, Universidade de Coimbra – Coimbra, Portugal

Resumo: Este artigo consiste numa revisão bibliográfica dos estudos camonianos. Na primeira parte, articulamos a crítica da historiografia à relativização da figura autoral, como também à identidade cultural forjada à volta de Camões. Na segunda, procuramos pensar algumas fases disciplinares da camonologia e delinear alguns de seus recentes resultados. Já na terceira, a modo de sumário, discutimos alguns propósitos ou interesses cognitivos hoje presentes nos estudos camonianos.

Palavras-chave: Estudos Camonianos; Literatura Portuguesa; História Literária; Século XVI

Abstract: The aim of this study is to examine the current state of art in Camonian studies. The first part relates the critique of historiography to the relativization of the author figure, as well as to the cultural identity forged around Camões. In the second part, we aim to grasp some disciplinary stages of Camonology and to outline some of its recent achievements. In the third, we briefly discuss some cognitive purposes within Camões studies today.

Keywords: Camonian Studies; Portuguese Literature; Literary History; 16th Century

observando desde já, no entanto, que esta visão renascentista dos nossos poetas da segunda metade do século XVI se assemelha muito à fábula do rei que ia nú... [sic]

(AGUIAR E SILVA, 1971, p. 198)

É curioso encontrar Camões quer no volume *Era Medieval* quer no *Era Clássica* da antiga antologia *Presença da Literatura Portuguesa* (2008; 2006), recolha segmentada em períodos literários. No volume *Era Medieval*, aliás, encontramos-lo sob a teórica e historiograficamente confusa rubrica “Literatura Medieval no século XVI”. No *Era Clássica*, figura o autor na “1.^a Época”, cujos termos são o ano de escrita d’*Os Estrangeiros* de Sá de Miranda e a morte de Camões, a 1527 e 1580 respectivamente. Uma leitura escolar progressiva, pautada nesse material elaborado sob direção de Soares Amora por importantes nomes das Letras do século XX, levaria a inferir que Camões é um “autor de transição”, que, embora parta de sua produção e de algum modo se ligue à tradição trovadoresca das cantigas, ele faria parte do grupo ao alcance do “magistério” de Sá de Miranda, num determinado momento de seu percurso, passando a cultivar formas mais adequadas à sensibilidade coetânea do Renascimento da cultura Antiga. Com pequenas variações, sobretudo de nomenclatura, essa narrativa do trânsito do medieval para o clássico segue de Teófilo Braga a Massaud Moisés, passando por Fidelino de Figueiredo, Mendes dos Remédios etc.

Em contrapartida, também se imagina que o registro camoniano em medida velha poderia ser tardio. Cardoso Bernardes (1999) considera, por exemplo, que o contato de Camões com a cultura popular a que essas formas remetem se deu mais provavelmente em estrito contexto de leitura. Para outros, o registro medieval ainda assinalaria uma espécie de atitude existencial do poeta face a um desvio espiritual, associado à produção poética de cariz petrarquista – a chave de leitura sendo a chamada “palinódia”, um “descanto”. Sem querer excluir peremptoriamente essa inflexão conotativa da forma adotada, já aparente no poema “Conversión” de Juan Boscán (1999), em que se baseia, essa segunda interpretação do uso da medida velha é mais palatável à problemática

contemporânea da subjetividade, que se instala no cerne epistemológico herdado da filosofia romântica pós-kantiana. Em outras palavras, parece um Camões mais moderno. Em muitos sentidos, o designativo “Maneirismo” com que se demarca a obra camoniana nesse outro modelo historiográfico, sugerido por Jorge de Sena (1980) e elaborado por Aguiar e Silva (1971, 1999, 2012) em seus ensaios, bem como por António José Saraiva (2010), esse designativo parece refletir a contragosto certa afetação intelectual do “pós-” na crítica, no mesmo instante em que se lhe opõe.

O código elementar das duas abordagens, o Camões de “transição” e o “maneirista”, é o estilo. Na primeira, infere-se, a partir de traços estilísticos de ancoragem periodológica, a pertença parcial de Camões ao contexto de uma poética medieval; na segunda, as condições representadas no macrotexto camoniano atribuem ao estilo uma função particular, dita “estética”. Ocorre aí uma semantização do critério. A segunda abordagem, entretanto, acaba por abdicar do problema manifesto nas classificações “Poesia medieval no século XVI” e “1.^a Época do Classicismo” sem atinar ao que há de epistemologicamente interessante na incomensurabilidade entre as formas medievais e as do século XVI, quando consideradas em sua pragmática. Com efeito, não sendo intenção aqui a de problematizar soluções datadas em cinco ou sete décadas, queremos chamar atenção à necessidade de se pensar a aparentemente diminuta continuidade paradigmática entre as duas perspectivas. Pensá-lo permite-nos criticar a persistência de critérios epistemologicamente insuficientes para a abordagem da obra camoniana e para a poesia anterior da sociedade de corte em geral, critérios dos quais dependem a elaboração e necessariamente a revisão crítica de noções mais sofisticadas como Petrarquismo, Maneirismo e até mesmo a sua recusa.

Nosso artigo consiste numa revisão bibliográfica. Primeiro, articulamos a crítica da historiografia à relativização da figura autoral, à identidade cultural forjada à volta de Camões, como figura empírica e histórico-cultural considerando um recorte pré-disciplinar ou extradisciplinar. Numa segunda parte, procuramos ver algumas fases disciplinares da camonologia e delinear o estado da arte. Numa terceira, a modo de sumário, discutimos alguns propósitos ou interesses cognitivos presentes na camonologia e apontamos uma necessidade do campo.

Alguns camonistas e seus Camões bem diferentes, ou talvez nem tanto

A crítica às categorias *ex post facto* no estudo da literatura já foi feita mais de uma vez. Na introdução à sua crítica aos usos de Barroco, Hansen (2006) enfatizou a progressiva desreferencialização sofrida por essa categoria – e com ela a de Maneirismo – no decurso de sua aplicação a objetos históricos e sua consequente esponjificação. *Grosso modo*, tratar-se-ia de um anacronismo epistêmico com alta capacidade de absorção. Essa parece ser também uma posição (em parte) compatível com a de Pina Martins, que, há quase quatro décadas, exigia que se estudasse Camões sem o apelo aos catálogos descritivos importados das artes plásticas (PINA MARTINS, 1999), em um argumento seguido, por exemplo, por Vanda Anastácio (2003, 2008). Em contrapartida, Aguiar e Silva (2012), advogando a unidade racional do sistema da cultura, sugere a adoção metodológica do “círculo hermenêutico”. A correção recíproca do todo e do particular permitiria um saber aproximado, autorizando assim o acesso por essa via. A hermenêutica, porém, não se pauta tanto na explicação quanto na compreensão: a metáfora do círculo atina à corroboração sucessiva de uma ideia, pelo incremento de complexidade derivado da hipótese inicial, enquanto a explicação insistiria na *estranheza* eventual daquilo que se quer apresentar. A figura é válida para a compreensão da crítica ou do leitor, pois o processo hermenêutico torna o objeto comensurável com o presente; para a abordagem histórica, contudo, nada é mais improdutivo do que construir uma história pela regra estrita do presente, ao menos da perspectiva de um saber que pretenda mais que ratificar suas preconcepções.

Talvez seja interessante começar por algumas dessas preconcepções. Sem retomar todos esses quatro séculos de crítica, comecemos por Faria e Sousa¹ (1639), que reconstrói a biografia que fez Manuel Severim de Faria (1624). Enquanto os primeiros comentários que o crítico elabora são bastante concretos e ainda hoje se esperam nos cabeçalhos biográficos, precisamente quanto a data e local de nascimento, que são problemáticos no caso de Camões, o que se segue é bastante estranho à nossa sensibilidade. “Era Luís de Camões cavaleiro por sangue, da ilustre [família] dos Reinos

¹ Manteremos a grafia “Faria e Sousa” no nosso texto, notando que as referências bibliográficas, tal como constam das impressões de que dispomos, aparecerão ora “Faria i Sousa” ora “Faria y Sousa”, devido à ausência de padrão na altura.

de Galiza e Portugal, da seguinte maneira(...)" (FARIA I SOUSA, 1639, "Vida", col. 18). Conta, então, a história da família Caamaños, salientando sua decadência e dispersão após a perpetração de um crime por Ruy Fernandez C., mas ressalva que Luís de Camões descenderia de Vasco Perez, *persona señalada* de confiança do Rei Dom Fernando de Portugal, de modo que, como depois dirá, "em Luís de Camões, tudo concorreu de tal modo que foi ilustre duas vezes: uma por sangue e outra por engenho" (1639, "Vida", col. 19). Também nota Faria e Sousa, como jamais faríamos hoje, que a "voz", a palavra que dá origem ao patronímico do poeta, seria de "muita antiguidade, pois já o pai da poetisa Safo se chamou Camon; e também um lugar, segundo consta do cap. 10 dos Juízes, no começo" (1639, "Vida", col. 20).

Esses detalhes não são casuais, mas pertencem ao esforço de legitimação da figura do poeta, que não gozava do prestígio quase unânime de hoje, como conhecemos de sua recepção em Seiscentos e Setecentos (CASTRO, 2007, p. 289-313; PIRES, 1982; VENTURA, 2010). Uma possibilidade é que esse esforço de legitimação atenda a interesses da nobreza lusitana sem vínculos fortes com a corte de Castela, que se teria prejudicado durante a União Ibérica (OLIVEIRA MARQUES, 1977, p. 438-444), talvez lhes servindo *Os Lusíadas* como propaganda. Uma rápida consulta às *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da Corte quinhentista* (LUND, 1980), de que constam algumas envolvendo Camões, mostraria também como entre os nobres haveria disputas pela antiguidade das casas, o que talvez faça sentido perante as circunstâncias com que a aristocracia portuguesa se deparava no final de Quinhentos e início de Seiscentos, com a emergência da burguesia mercantil. Além disso, ao remeter o radical do patronímico para uma época inacessível, Faria e Sousa assinala a notoriedade que potencialmente atravessaria a história daquela família, embora só passível de reconstrução até o século XIV.

Com o elogio às origens, Faria e Sousa pode contrastar o estado miserável em que Camões morreria. Antes disso, porém, não deixa de dizer que o poeta faz parte também de uma certa linhagem espiritual, que inclui desafortunados como Petrarca, Ovídio, Dante, Homero, Cipião, César, o José bíblico, Virgílio, Estácio (FARIA I SOUSA, 1639, p. 53). A mesma estrutura argumentativa ele toma a Severim de Faria, mas prepara uma diferente, afetivamente amplificada conclusão:

Havendo peregrinado o melhor do mundo, veio a morrer em Lisboa, ano 1579. Foi enterrado com toda miséria na Igreja de Santa Ana, logo à entrada da porta, quase no canto esquerdo. A direita, e amplíssima, não escanteada [arrinconada] imortalidade do nome lhe tem dado a Fama, pois não teve poder sobre ela a ingratidão da pátria, nem o sonho dos poderosos. (FARIA I SOUSA, 1639, p. 58)

Faria e Sousa ecoa o que dizia já Diogo do Couto em sua tardiamente publicada *Ásia* (BARROS; COUTO, 1778), um tópico que será sucessivamente retomado e desenvolvido – por Bocage, Garrett, Almada Negreiros, António Lobo Antunes, dentre outros. Portanto, se os comentários enriquecem a obra de Camões dando a ver a extrema erudição e nobreza de valores que lhe perpassam, na biografia, trata-se da constituição da autoridade de Camões como representante de Portugal em meio aos altos espíritos e como alto espírito que poderia falar a Portugal. Em virtude disso, Faria e Sousa (1639) procura corroborar sua biografia ao citar passagens da obra lírica, como *Severim*, estabelecendo, paralelamente aos documentos de que se serve, um verossímil biográfico-poético que autorizaria também sua lírica.

Inversamente, os comentários de Faria e Sousa às *Rimas* (1639) seguem do texto à vida. A certo modo, todos eles procuram corroborar o que com pouca variação encontraremos nos sucessivos elogios a Camões:

ele se vai transformando como um Proteu, conforme aos assuntos e matérias: no grave, faz ter as rédeas o siso; no triste, faz com que gema quem o sabe ler; no alegre não há freio ao contentamento; no amoroso, podem servir de flechas a Cupido seus pensamentos, suas prendas, suas ternuras, suas galanterias, suas finezas, e seus afetos totalmente invencíveis. (FARIA Y SOUSA, 1685, “Juízo”, parág. 3)

O sentido de seu comentário é a demonstração dessa tese. Acusar a imitação confere estima ao poeta, quer por ter superado os modelos empregues quer por ter eleito um tópico glosado por tantos outros, dos quais invariavelmente se destaca.

Essa não é a única linha de força de seu comentário. Camões figura ali como *praeceptor amoris* não só pela exemplaridade de seu afeto, como também pela legitimidade moral de sua representação do feminino. Assim, por exemplo, do “desprezo honesto” atribuído à “Senhora” que figura em “Eu cantarei de amor tão docemente”, diz o comentador que o Poeta estava “ensinando quais devem ser os termos de uma ilustre e generosa Formosura; e que o outro é de mulherinhas [*mugerzillas*]” (FARIA Y SOUSA,

1685, p. 7). Já nas primeiras páginas, Faria e Sousa (1685) mostra um estilo hermenêutico que basicamente define uma das linhas do que se entende por camonismo, a saber, a construção de um macrotexto biográfico com base em diversos passos da lírica – inclusive, claro, com a inclusão de poemas não camonianos na lírica em perfeita consonância com sua integrativa fantasia narrativa.

De “Depois que quis Amor que eu só passasse”, Faria e Sousa, citando a Canção “Vinde cá, meu tão certo secretário” no passo que começa em “A piedade humana me faltava”, desenvolve o seguinte:

Muitos lugares há em seus escritos que representam essa invenção de misérias para ele guardadas, mas este é tão que me escusa de outros. Quem tem visto tal invenção de atormentar? Faltava-lhe a piedade humana: os amigos lhe vendiam; os elementos comuns a todos lhe desamparavam; finalmente, por único conserto, procurar a morte e não a achar. E não são hipérboles, porque é certo que morreu no desamparo. (FARIA I SOUSA, 1685, p. 14)

Então emenda: “O dizer que consentiu a Fortuna a essa invenção de penas, pode ver em Boscán [...] e Gregorio Silvestre” (FARIA I SOUSA, 1685, p. 14) etc. Ou seja, o comentador parece entender que os tópicos da invenção retórica – da procura por argumentos – eram aplicados a situações concretas da biografia, como hoje. O critério que emprega nesse trabalho, porém, encontra limites nos próprios poemas camonianos. Assim, no comentário “Transforma-se o amador na coisa amada” – soneto que pertence ao *corpus* mínimo da lírica (AZEVEDO FILHO, 1984) –, Faria e Sousa acresce uma discussão a respeito da relação entre texto e vida:

começarei por mostrar que o Amor do P[oeta] descrito nestas Rimas foi platônico, ou casto e puro, axioma que a todos parecerá improvável, porque todos até hoje acreditaram que meu P[oeta] foi lascivo, e que nestes seus amores não há mais do que o primeiro som. Não o digo que não o seria na vida, mas digo que nos escritos não o foi; assim como sucede a muitos homens de juízo, que nas obras pecam, falando ou escrevendo pregam e ensinam não aquilo que fazem, mas o que é razão que se faça para ascender à imortalidade gloriosa. (FARIA I SOUSA, 1685, p. 29)

Com isso, o que fica patente na fundamentação dessas leituras é precisamente o caráter normativo de que se imbuí a representação. Essa é uma das razões pelas quais, por exemplo, Faria e Sousa tenta a qualquer custo atribuir uma imagem unitária às representações femininas na lírica camoniana, como se houvesse uma única “*su Querida*” (1685, p. 15), e os outros amores de que se visse acometido fossem entendidos sempre

como traição, como baixeza. É isso que se depreende de seu comentário aos versos “Contentei-me com pouco, conhecendo \ Que era o contentamento vergonhoso” do soneto “Em prisões baixas fui um tempo atado”, de que ele diz, com base na lógica narrativa que assume, que a razão da baixeza “virá a ser a escrava de quem estava enamorado” (1685, p. 17)².

No percurso biográfico de Camões descrito por Faria e Sousa (1639), se os amores do poeta se tornam exemplares, a despeito de sua vida, a sua vida mesma tem algo de alegoria da própria nobreza portuguesa, uma vez fundidos os destinos da Pátria e do Poeta que a celebrara, imagem que alcançará apogeu no século XIX. Aqui talvez seja escusado dizer que no quadro cultural da poesia romântica, com a emergência e amadurecimento das instituições burguesas, pouco importava a linhagem de Camões, senão as cores afetivas mais intensas de suas supostas vivências – ficcionadas. A essa desapareição do problema da linhagem como fonte da autoridade, acrescenta-se o esvaziamento da normatividade das representações sob a compreensão burguesa da literatura, e assim temos o contemporâneo conceito cultural de Camões.

Faria e Sousa tentou narrativizar e depurar a obra camoniana do ruído das inconsistências, elas próprias ligadas também à instabilidade do *corpus*. Foi possível reorganizar essa obra num percurso porque a caracterização da *persona* do poeta é, de modo recorrente, assente numa relação entre a vivência do amor e a experiência do desengano num espaço vital que autoriza o poeta a vestir a máscara do *praeceptor*, como é frequente nas canções e em muitos sonetos proemiais. Mas essa narratividade é artificial: não existe, por exemplo, como contrapartida da *persona* poética, uma caracterização unitária da amada, ou seja, precisamente a situação tópica ubiqüíssima na poesia do século XVI; não existe, junto à caracterização do poeta, o fingimento sistemático de seus interlocutores, que não são senão esporadicamente nomeados. É quase como se Camões, por alguma razão que nos escapará se suspendermos a explicação histórico-biográfica, já se acomodasse ao espaço literário burguês, cuja característica é

² Noutro passo, tendo assinalado como negra a escrava com quem Camões, em suas próprias palavras, ter-se-ia amancebado “por escusar inconvenientes de andar em aventuras” (1685, p. 17), vale a pena notar o que diz o comentador a respeito da normatividade da “verdadeira Formosura [...] a que mais obriga ao verdadeiro Amor” do soneto “Um mover d’olhos, brando e piedoso”: “a verdadeira formosura não pende de boa ou má forma, nem de cor alguma, senão de concorrer em uma pessoa as partes contidas nesse Soneto: Qualquer mulher feia, logo se pode fazer formosa com elas, pois elas estão na tenda da Virtude tanto para uns como para outros” (1685, p. 86).

em grande medida o apagamento textual das marcas pessoais que permitiriam os processos de identificação ou aproximação empática que lhe são característicos.

Seja como for, já no final do século XIX, o camonismo burguês está intimamente ligado a dois fenômenos: a evolução representada nos estudos camonianos e literários de Portugal pelo avanço da investigação filológica de Wilhelm Storck e de Carolina Michaëlis (DASILVA, 2001), bem como pela fundação do Curso Superior de Letras, e o republicanismo emergente – eventos, fenômenos que se fundem numa figura como a de Teófilo Braga (CUNHA In: AGUIAR E SILVA, 2011, p. 101-105). Mas isto, na medida em que se transmite para o Estado Novo e seu programa educacional, é já a história recente. Esse outro programa acentuava o vínculo de Camões ao nacionalismo romântico-positivista e veio a recuar em favor da abordagem de Camões no espaço internacional; entretanto, o biografismo, que segue o modelo texto-vida e ignora a mediação normativa da representação, continua como uma das premissas de muitos estudos sobre o poeta. Aquilo que parece ter irritado Aguiar e Silva e que lhe levou à redação de “«...Um Camões bem diferente... »” – de que tomamos nosso título – não nos parece muito distante:

É forçoso sublinhar novamente que toda esta construção biográfica [de *Vida ignorada de Camões*, por José Hermano Saraiva] é uma total conjectura, que deflui sempre da errônea interpretação de alguns versos [...] uma engenhosa confabulação romanesca destituída de fundamentação consistente e até de coerência interna. Um novo ciclo se abriu na já longa e complicada história das histórias sobre os amores de Camões... Junto de um numeroso público, espectador assíduo de muitas telenovelas, mas leitor de parca poesia e ainda menos interessado em textos de ‘arqueólogos literários’, Camões vai ganhar agora a imagem do amante desgraçado e perseguido (AGUIAR E SILVA, 1999, p. 19, 24)

Mais afim à sensibilidade contemporânea será talvez o Camões *queer* romanceado por Frederico Lourenço em *Pode um desejo imenso* (2002), a que alude Marcia Arruda Franco em seu estudo que lança mão de recente investigação sobre o homoerotismo na sociedade de corte, em “Convite para uma ceia toda em trovas” (FRANCO, 2019, p. 169 ss.).

Duas fases, três estilos disciplinares

O quadro romântico-positivista é de um ecletismo desconcertado, em que fatores explicativos da história do século XIX e categorias destemporalizadas de vaga

significação (*e.g.*, “estética”) se fundem com elementos pré-teóricos. Não seria difícil demonstrar que a premissa da crítica de um Fidelino de Figueiredo é a partilha do *gosto*, pelo que o indivíduo é a categoria basilar para as demais, o gênio, a Nação etc. Em Portugal, sob influência dos provençais, diz, a situação era de “uma tradição que principiava, que a si mesma se constituía. Língua, matéria a elaborar, gosto e publico, tudo havia de crear [*sic*]” (1922, p. 9). E assim trata Camões:

Penetrar incansavelmente até aos mais absconditos escaninhos da alma; procurar a expressão ao mesmo tempo inteligível e bella desses novos mundos de sentimento e variar no processo de produzir o conjuncto de summa formosura, que se queria delinear; juntar o cunho pessoal das emoções da vida, metamorphoseando em juizos, sentimentos e idéas o que para outros ora factu ordinário, vulgar, da existência quotidiana, tal era o horizonte illimitado que á phantasia poética dum Camões se offerecia. Ninguém como elle soube devassar esse horizonte, percorrendo-o palmo a palmo. Como conseguiu o poeta passar da categoria de imitador do soneto petrarcheano á categoria de creador do soneto camoneano? Em primeiro lugar dominando completamente a execução externa do soneto, [...] [*assim logrando*] a belleza da forma, como idóneo instrumento da expressão. Em segundo lugar manejando de modo novo e pessoalíssimo a matéria que se lhe oferecia [*sic*]. (FIGUEIREDO, 1922, p. 258)

Apesar do excesso de adjetivos e da repetição de conceitos que, aparentemente, há muito já abandonamos – criação, beleza etc. –, persiste ainda essa ideia de que o poeta Camões plasma na forma uma vivência absolutamente única da realidade que experimentava como português de Quinhentos. Se essa apologia servia para constituição da autoridade da representação camoniana, uma vez que este conteúdo ético seja esvaziado, Camões está livre para ser concebido como literatura no sentido que essa palavra adquire no século XIX, isto é, de arte burguesa.

Mais interessante parece a abordagem “centrífuga” de Mendes dos Remédios. Apesar de sua ideia de cultura monumental, emparelhada com a crônica política, e ainda que se debele com a situação aporética em que incorre ao adotar o critério de nação, ele visa construir uma história da literatura cuja validade é determinada pelo seu entroncamento na história da cultura europeia. Remédios pretende “estudar os documentos em prosa ou em verso apreciáveis pelo seu *valôr intrínseco* ou pela sua *fórma* [*sic*]” (REMÉDIOS, 1921, p. 5. Ênfase do autor.), processo ao cabo do qual sua história deve tratar de “individualidades [...] notáveis pelos seus escritos”, isto é, aqueles capazes de provocar “evocações imaginativas, excitações sentimentais, emoções estéticas” (1921,

p. 6). Confessa Mendes dos Remédios que a classificação que ele ali seguiria “como que amesquinha a originalidade da nossa literatura pondo em relevo as correntes estrangeiras [*sic*] a que ela se subordinou” e, obviamente, não era “isenta de defeitos” ” (1921, p. 9); além disso, de qualquer modo permitiria que se entendesse a especificidade daquilo que deriva da sociedade portuguesa (1921, p. 10). Ao comentar a biografia camoniana e um estudo de José Maria Rodrigues, o professor coimbrão lança uma questão que talvez nos lembre a sùmula de que Aguiar e Silva faz da obra de José H. Saraiva: “Terá esta [*D. Catarina de Ataíde*] de passar para um segundo plano, uma das várias damas cantadas pelo *namorador incorrigível*, que foi Camões para se dar o lugar [...] à Infanta D. Maria [...]?” (1921, p. 141-142. Ênfase do autor.).

Chamamo-la “centrífuga” porque, acompanhando um conceito de história que não deriva suas categorias estritamente dos objetos, o trabalho de Mendes dos Remédios toma como marcos epocais os reinados. Para qualquer um advindo da escola liberal democrática do final do século XX, é isso estranhíssimo. Esse visível fosso entre a lógica da *história* e a literatura talvez fosse uma mais-valia epistêmica, na medida em que um e outro não se confundiriam e, com isso, permitiriam a adoção de perspectivas muito diversas, conforme o recorte dos objetos. Talvez nessas obras os rótulos “seiscentismo”, “escola gongórica” etc., ainda não sofressem de um uso naturalizado como em uma história³ mais tardia, já mais teoricamente carregada, uma história *literária* como a de Oscar Lopes e António José Saraiva (2010 [1955]) e como o conceito que dá corpo à investigação de Aguiar e Silva sobre o *Maneirismo e Barroco na Poesia Portuguesa* (1971), isto é, uma história cujos construtos são derivados de ferramentas teórico-literárias. Evidentemente, além de uma tal história ter-se livrado de preconceitos românticos e impasses explicativos positivistas, lograva ela uma coerência muito maior.

Em mais de uma ocasião já discutimos o problema da historiografia teórica da literatura (DE BRITO, 2019a, 2019b), pelo que aqui nos escusamos de retomar toda a argumentação. Talvez seja melhor exemplificar essa fase da camonologia a partir de alguns marcos. Se é bem verdade que os ganhos com a reflexão teórica são inúmeros, quer com respeito à macrologia envolvida na formulação de períodos – e, veja-se, é

³ Para um comentário preciso, cf. Cunha, “A história da literatura portuguesa: paradigmas, impasses e retornos” (2011).

preciso de um grande olhar para abarcar um período –, quer com respeito à micrologia da crítica, no que liberta a leitura de preconceitos, há também algumas desvantagens.

Considere-se, novamente, a introdução do “maneirismo” nos estudos camonianos. Não custa lembrar que, ao contrário do que ocorreu nos estudos do cânone anglófono e sobretudo de Shakespeare, Camões não passou por leituras extensivas, senão pontualmente aplicadas, dos *cultural studies* ou da desconstrução, menos ainda do *new historicism*; não tanto, a nosso ver, porque não fossem essas abordagens corriqueiras em nosso meio – apenas em parte o caso – mas sobretudo porque a própria introdução de “maneirismo” no catálogo da crítica e da historiografia é, em grande medida, uma renegociação da identidade literária no contexto específico de Portugal nos anos 1970 e 1980, com o fim do regime salazarista, e nos anos 1990 com a entrada do país no espaço europeu. Maneirismo é já uma crítica à camisa de força de leituras fundadas em preconcepções de uma história literária e seu programa de leitura.

O segundo marco do camonismo teórico está associado à legitimação que a Teoria fornece tanto aos estudos literários nacionais, em Portugal como no Brasil, e às mediações institucionais que levaram à democratização da cultura, a escolarização e expansão da Universidade; nomeadamente, o início da *Reunião Internacional de Camonistas* e o próprio Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC-UC). Esse marco está difundido nos interesses cognitivos registrados nas *Actas* daquelas bem como nos trabalhos que o CIEC trouxe a lume. Pegue-se, por exemplo, o índice da *V Reunião* (1987), realizada no final dos anos 1980. Com um programa bem definido, os estudos tratam de “Camões e a poética do século XVI”, “a fortuna crítica”, “a repercussão de sua obra” e “a simbólica”. O mais frequente ali é, naqueles anos de euforia teórica francesa, a exploração de relações intertextuais e códigos em atuação na obra camoniana, a hermenêutica funcionando de modo ancilar, e a pesquisa da história como tal sendo escassa, e também a abordagem filológica. Semelhante elaboração se dá a meados dos anos 1990, na *VI Reunião de Camonistas*, cujos trabalhos foram mais tarde reunidos nas *ACTas* (2012). É então que se percebe um complexo trabalho comparatista com ferramentas conceituais próprias, com temas que andam muito próximos àqueles do congresso *Camões e os contemporâneos* (2012). Este, por sua vez, apresentava três rubricas: “estado da arte”, em que se discutem temas de que se ocuparam os camonistas nas décadas precedentes, como certos passos da obra, a relação entre Camões e as poéticas

do tempo, o ensino; “Camões e os seus contemporâneos”, rubrica obviamente comparatista; “Camões na literatura contemporânea”, que a seu modo prolonga e especifica o prévio tópico da “repercussão de sua obra”. A metalinguagem fornecida pela Teoria favoreceu o diálogo, a institucionalização aproximou interesses – e talvez o maior resultado da fase teórica seja o *Dicionário de Luís de Camões*, coordenado por Aguiar e Silva (2011). A obra é a súpula atualíssima da camonologia teórico-historiograficamente estabelecida.

No entanto, a Teoria Literária acaba por reforçar certos preconceitos, que dificultam algumas tarefas da camonologia. A reconstrução de uma poética camoniana sofre severas limitações em função da imputação da unidade autoral, à qual remeteriam com maior ou menor grau de artificialidade todos os códigos, e do seu correspondente enquadramento epocal quando trazido ao bojo explicativo como base para uma outra explicação. O processo cognitivo circular, hermenêuticamente circular, que Aguiar e Silva menciona como imprescindível para explicar problemas por assim dizer “macrológicos” da história do sistema literário, acaba, nesse plano micrológico, encontrando uma má circularidade. Não existe segmentação periodológica como conjunto de práticas de produção – pois as práticas são sensivelmente as mesmas ao longo dos séculos XVI a XVIII –, mas como conjunto determinado de produtos dessas práticas, documentos textuais que só a contragosto se deixam narrativizar. Mais especificamente no caso de Camões, não existe sequer a figura autoral sobre a qual apoiar a investigação das condições de produção, a não ser que se reduza ao autor d’*Os Lusíadas* e do *corpus* mínimo.

Contudo, as reduções históricas – isto é, recursos meramente propedêuticos, didáticos – com frequência dão liga argumentativa a leituras estruturantes da obra do poeta. Isto não é necessariamente improfícuo, na medida em que um certo grau de cegueira teórico-historiográfica ocorre junto a esforços que não se resumem na mera corroboração do esquema. Noutras situações, porém, aquilo que é intencionado como saber sob um tal paradigma não é mais que uma variação do tema, reforçando o conjunto discursivo da história literária. Do próprio Aguiar e Silva, por exemplo, podemos mencionar o seu célebre “Aspectos petrarquistas da lírica de Camões” (1999). Num determinado passo, quando o camonista comenta certos versos que fundamentariam sua associação do poeta à equação *imitatio vitae, imitatio stili* (1999, p. 189), a exemplo da canção “Fermosa e gentil dama”, diz ele que Camões subscreveria uma “poética

explícita”, conforme a qual “o texto poético está pré-formado na interioridade do poeta-amante e a sua manifestação exterior e material resulta da transcrição que o poeta realiza desse texto interior” (1999, p. 184), como em Petrarca e Boscán (e Garcilaso) e, antes de todos, Dante, e ainda antes Arnaut Daniel, e o desconhecido autor das *Epistulae duorum amantium* (circa 1115), Ovídio... Com efeito, aquilo que se faz ao tópico “escrita de Amor” realmente postula um nível autorreflexivo, “metalinguístico”. No entanto, em vez de pensar a função do tópico tal como aplicado ao poema – o que Faria e Sousa sempre faz desde as primeiras páginas (e.g. 1685, p. 2 ss.) –, num processo de negociação que também inclui o espaço enunciativo, dá-se simplesmente um salto teórico para a poética.

Havemos de comentar: a passagem não ocupa posição exordial ou perorativa, portanto, não se concebe como estruturante da recepção, nem é ela central, mesmo à luz da exegese de Aguiar e Silva (1999), ao conceito desenvolvido na canção; nem, tampouco, o comentador moderno nota o tom airoso e o leve gracejo textual, já que faz uma leitura de pontos diversos. Assim, não percebe o uso galante do tópico. Com efeito, em seu comentário ao mesmo verso, o seiscentista é bastante direto:

E isto vem a parar em que o P[oeta] conhecia bem o que obrava: e quer dizer com isso, que declarou mui bem, e por dizê-lo com modéstia, diz que não se deve o louvor de tanto acerto, se não a quem o escreveu em sua Alma, de onde ele saca bem este traslado, e fielmente, como Real escrivão do Parnaso e do Amor e daquela Formosura, que são os Autores que a escreveram em sua Alma e ao menos já o Amor lhe havia escrito nela a Formosura que o obrigava a dar ao mundo estes traslados (1685, p. 60)

Ou seja, responsabilizar a mulher e o Amor por aquilo é uma engenhosa aplicação do tópico, que funde modéstia e elogio da beleza. Em outro passo, o poeta se dirige a Dom António de Noronha: “Se meu engenho é rudo e imperfeito, \ Bem sabe onde se salva, pois pretende \ Levantar com a causa o ba[i]xo efeito” (CAMÕES, 2008, p. 404). Haveríamos de entender literalmente a adesão do poeta à ideia de que o engenho só logra algo em virtude das qualidades daquele a quem se dirige? A sermos consequentes com a lógica ali aplicada, qualquer tópico ou qualquer passagem de cariz autorreferencial constituiria uma “poética explícita”. Isso não implica que, em virtude de uma hermenêutica situada, não possamos falar – e quase metaforicamente – numa poética do desafogo, do aviso, do exílio, do fetiche, *antifa* ou *queer* na obra camoniana, mas chamar

“poética” à aplicação do tópico, pretendendo indicar o conjunto de práticas discursivas que organizam o sistema de produção cultural, isso é um *faux pas* teórico.

Leituras estruturantes como “o tema do aviso” na obra camoniana, para elaborar aqui um exemplo genérico de título potencial, correm o risco de subordinar textos a ilações hermenêuticas que a própria história, pressuposta como base para o argumento, desmentiria. No caso, é como o esforço de Faria e Sousa (1639, 1685) por reunir num todo narrativo, por mor da lógica que lhe estrutura, poemas que não são camonianos. Mas o contemporâneo modelo discursivo da universidade não segue os mesmos propósitos que aqueles escusáveis a Faria e Sousa. E quando o segue não se trata de conhecimento, mas de um interesse social específico. Essas leituras são possibilidades de “fusão de horizontes” homologadas pelo aparato conceitual da Teoria, quando se procede à produção de comentários completamente circunscritos à obra do poeta, com base naquilo a que Pinto de Castro se refere por “feixes de redundâncias semânticas [-] isotopias” (CASTRO, 2007, p. 108). Feixes evidentemente passíveis de reconstrução não apenas no interior da obra camoniana como também na transversal de autores, na medida em que partilhem de tópicos comuns – o que é precisamente o caso. A coerência obtida assim, conforme se imputa à unidade autoral, é artificial, e, dado o caráter de leitura secundária que oferece – pois o que há de conhecimento em reconfigurar elementos que estão hermeneuticamente disponíveis? – ecoa aquela expectativa fariaesousiana de trazer à luz a genialidade do poeta, mas com o desaparecimento do estudo comparado *in nuce* que o seiscentista realiza. Comentários que não acrescem ao texto. Quando a história é reintroduzida, tantas vezes não é senão este o seu sentido:

Os temas da partida e do apartamento tinham, como é sabido, uma longa e rica tradição [...] [*assim*] Camões dava uma voz nova, renovada e pessoal a uma das mais vincadas constantes da idiossincrasia nacional. E para essa renovação, ou melhor, para a modernização desses temas, encontrava o Poeta excelentes matizes e inspirações nos italianos do *dolce stil nuovo* (CASTRO, 2007, p. 112)

Com isso, o lente coimbrão produz uma narrativa que engloba toda a obra camoniana – quando, como já argumentamos (DE BRITO, 2019c), não é possível dar o passo da unidade textual filologicamente considerando, nem tampouco o é quando se observa o caráter específico da prática poética camoniana – pelo menos referente ao *corpus* mínimo –, já muitíssimo menos fundada na unidade da representação do que a

esperada conformidade ao cânone epocal. Esses curtos-circuitos de teoria, história e crítica dão forma a uma visão etapista e periodologista que, no fundo, não passa de uma taxonomia convencional combinada a uma filosofia da história decaída, que autoriza rasantes hermenêuticos e elide o trabalho descritivo mais individualizado.

Seria possível discernir, na atualidade, a construção de duas ou três imagens autorais que se pressupõem em cada estudo contemporâneo da lírica. O primeiro é o conceito do autor à luz da Teoria, em sentido forte, como conjunto coerente de enunciados fundamentais, a partir dos quais se produzem e se traduzem observações suscitadas pelo objeto, num processo que dá origem a outro conjunto de enunciados, os quais, por seu turno, viabilizam a discussão racional a respeito da acuidade das observações. Esse Camões pesadamente teórico é aquele em torno do qual operam alguns títulos do CIEC. É como o faz Maria do Céu Fraga em seu estudo *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões* (2003), em que a autora procura delinear, através de um estudo comparado, os gêneros praticados por Camões, ao mesmo tempo especificando sua obra, procurando ver que possibilidades genológicas o poeta levaria a cabo. A conclusão pela “marca tão funda da individualidade do autor” (2003, p. 337), no entanto, nos parece o resultado de uma exacerbação das distinções relativamente ao quadro como um todo – que autor seria simplesmente genérico naquele contexto de tal modo que o olhar micrológico não fizesse surgir sua “unicidade”? São trabalhos que, a despeito de nossa crítica aos construtos – como vimos discutindo (DE BRITO, 2019a, 2019b) –, aplicam o método com rigor e logram resultados muitíssimo pertinentes, considerando seus propósitos cognitivos particulares. Também a série organizada por Rita Marnoto, o *Comentário a Camões* (2011) é fruto de um esforço metodológico sem precedentes na história disciplinar da camonologia.

Nesses trabalhos, a par do rigor teórico, vemos de modo crescente a reconstrução da história numa horizontalidade não limitada ao intertexto poético. Com isso concorre o caráter progressivamente apendítico que passam a ter os designativos, a não ser no caso do “petrarquismo” diretamente estudado por Marnoto em seu *O Petrarquismo Português do Cancioneiro Geral a Camões* (2015), que a rigor não é uma construção periodológica. Com efeito, todo o contexto da atual camonologia assinala a intenção de uma reconstrução historiográfica que, por assim dizer, ocupa a interioridade textual, procurando observar seus espaços contíguos, em vez de produzir uma ponte entre o

contexto epocal e a compreensão contemporânea tão-só através das categorias estético-literárias hoje disponíveis, como se as pudéssemos diretamente fundar na história de eventos ou numa ideia de cultura trans-histórica. Trata-se, portanto, de a teoria mediar o discurso preceptivo e os discursos dos saberes de então. Leituras estruturantes cedem espaço à colação de materiais heterogêneos por meios dos quais se pode ver a constituição de campos discursivos, avaliando o espaço de experiência histórica. É assim n’*O diálogo na literatura portuguesa: Renascimento e maneirismo*, de Maria Teresa Nascimento (2011). A autora nos permite ver como a retórica constitui a matriz de todas as representações, mesmo aquelas que hoje dificilmente se deixam compreender sob o rótulo “literatura”. Ao discutir os interesses, os tópicos frequentes dos diálogos, o trabalho permite-nos pensar a vinculação concreta da representação poética à situação social; ele expõe também o processo de estereotipia do espaço e do tempo da representação, bem como a adoção de expedientes estruturais análogos aos gêneros poéticos, seu recurso à *auctoritas* e aos *exempla*, a aplicação da *evidentia* para levar a cabo suas funções. Dá-nos a ver, além disso, no universo exterior àquilo que é representado, as práticas de imitação, amplificação e traslado (ou cópia) que estão na base de sua produção.

Esse é um primeiro sentido daquilo a que nos podemos referir como estilo *pós-teórico*, como quadro de especificação das ferramentas relativamente ao objeto que se se propõe conhecer sem que, contudo, se admita sem inflexões o regime teórico ou dele se derivem seus interesses cognitivos. Muitos outros trabalhos podem ser compreendidos como contribuindo para essa mudança nos usos e referências. Exemplar será a tese de Hédio Alves, *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quinhentista* (2001), editada pelo CIEC, em que o autor nos oferece um recorte sincrônico de textos de modo a dar a ver muitos procedimentos imitativos adotado por Camões e outros seus contemporâneos. Importantes para a elucidação de um novo quadro de problemas investigativos são também os trabalhos de Sheila Hue sobre as materialidades textuais (2009a, 2009b, 2010, 2011) e leituras com recurso a materiais heterogêneos, como as que desenvolve Márcia Arruda Franco em seu recente *Camões e Garcia de Orta em Goa e em Portugal* (2019), bem como as modulações que hoje se realizam sobre o estudo das fontes, a exemplo dos ensaios de Carlos Ascenso André em seu, também editado pelo CIEC, *O Poeta no Miradouro do Mundo* (2008). São trabalhos que, em meio à identificação como

procedimento investigativo fundamental, permitem ver e entender as inflexões, as mudanças efetuadas sobre as parcelas retomadas.

Outras contribuições, mais na periferia da camonologia, mas essenciais no tocante à poesia dos séculos XVI a XVIII, vem à luz pela investigação da Retórica que atualmente se desenvolve no Brasil, com o quase programático afastamento da periodologia literária. Recentemente, deu-se o *I Panorama de Estudos Poéticos e Retóricos no Brasil* (2018), cujos eixos incluem a reflexão historiográfica, o estudo das Humanidades e da Filosofia sob o regime da Retórica. Também aí se concebe um outro conceito de autoria, largamente baseado na discussão travada por J. A. Hansen (*e.g.*, 1992), homenageado na primeira edição do congresso. Sob esta luz, é importante conceber a apocrifia camoniana em termos de uma *auctoritas* culturalmente construída, estabelecendo assim um princípio investigativo que impede que se anule a legitimidade da inquirição em virtude da refutação da autenticidade textual; antes, devido ao seu foco em práticas poéticas e convenções de representação que se concretizam nos poemas, viabiliza a reescrita da história do camonismo como fenômeno cultural *sui generis*.

Como conclusão

Cada camonista propôs um Camões à imagem e semelhança e conforme as necessidades de seu tempo, constituindo uma história particular que se mira no processo mais geral da educação literária, da esfera pública, burguesa ou contemporânea. Se a fusão de horizontes hermenêutica é um dado irreduzível de qualquer cognição, também o é, no entanto, a complexificação das estruturas cognitivas – portanto, os conceitos à disposição – do sujeito do conhecimento. Nesse sentido, o camonismo conhece um progresso interno dos saberes a respeito de Camões e sua época, não cumulativo, mas de caráter especializado e prismático.

A descontinuidade entre os modelos historiográfico pré-teórico e teórico é aparente. Embora a narrativa se tenha imiscuído à teoria, com a supressão de preconceitos próprios à sociedade de corte, sua versão romântica sobrevive nos métodos positivistas e nas premissas assumidas pela Teoria, como problema de constituição de autoridade textual e seu reflexo na prática hermenêutica. De qualquer modo, esforços conjuntos dos camonistas têm se mostrado profícuos e anunciam mudanças no modelo disciplinar

desses estudos, apontando novos interesses cognitivos, facultados pela crítica dos conceitos e pela renovação de disciplinas contíguas, como a historiografia.

Talvez se possa derivar disto proposta que favoreça o movimento, já em marcha, de racionalização do estudo como condição da promoção do diálogo, bem como a aproximação de interesses cognitivos. Seria importante o desenvolvimento de ferramentas que permitissem uma interação mais contínua, coletiva, pautada num conjunto unitário de referências e com um sistema de discriminação das variantes, e de fácil acesso, como uma plataforma que permitisse a colação textual, a hiperligação de materiais, o comentário, o mapeamento da tópica. Isso reuniria os camonistas e seus diferentes, divergentes Camões.

Referências bibliográficas

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Camões: Labirintos e Fascínios*. 2ª. Ed. Lisboa: Cotovia, 1999.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. Para a revisão do conceito de Maneirismo. In: FERRO, M.; FRAGA, M. DO CÉU; MARTINS, J. C. DE OLIVEIRA (Org.). *Camões e os Contemporâneos*. Coimbra / Ponta Delgada / Braga: CIEC / Universidade dos Açores (DLLM) / UCP, 2012.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de (Org.). *Dicionário de Luís de Camões*. Alfragide: Caminho, 2011.
- ALVES, Hélio J. S. *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quinhentista*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2001.
- AMORA, Antônio Soares (Org.). *Presença da literatura portuguesa. Vol. 2 Era Clássica*. Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 2008.
- ANASTÁCIO, Vanda. Da História Literária e de alguns dos seus problemas. *Brotéria*, v. 157, 2003, p. 45-58.
- ANASTÁCIO, Vanda. Pensar para além das etiquetas. *Veredas*, v. 10, 2008, p. 287-294.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso. *O poeta no miradouro do mundo: leituras camonianas*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2008.

- AZEVEDO FILHO, Leodegário de. *Lírica de Camões I. História, Metodologia, Corpus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- BOSCÁN, Juan *Obras Poéticas*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999.
- BARROS, João de; COUTO, Diogo do. *Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.
- CAMÕES, Luís de; SALGADO JR., Antônio. *Obra completa de Luís de Camões*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- CASTRO, Aníbal Pinto de. *Páginas de um honesto estudo camoniano*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007.
- CUNHA, Carlos da. A história da literatura portuguesa: paradigmas, impasses e retornos. *Tágides*, v. 1, n. 1, 2011, p. 1-10.
- DASILVA, Xosé Manuel. Carolina Michaëlis e a inauguração da modernidade nos estudos camonianos. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, v. XVIII, n. 1, 2001, p. 93-106.
- DE BRITO, Matheus. A Teoria e a História da Literatura, e o Maneirismo. *Alea*, v. 21, n. 2, 2019a.
- DE BRITO, Matheus. Camões antiliteratura? Um tópico e algumas questões teórico-historiográficas. *Remate de Males*, v. 39, n. 2, 2019c, p. 904-924.
- DE BRITO, Matheus. Periodização imperativa: retórica, teoria e história literária. *Revista Letras (UFES)*, v. 1, n. Edição Especial: Estudos poéticos e retóricos: novas perspectivas, 2019b, p. 305-318.
- FARIA I SOUSA, Manuel de. *Lvsradas de Lvis de Camoens comentadas por Manvel de Faria i Souza, Tomos Tercero i Quarto*. Madrid: Ivan Sanchez, 1639.
- FARIA Y SOUSA, Manuel de. *Rimas varias de Lvis de Camoens, Tomo I y II*. Lisboa: Theotónio Damaso de Mello, 1685.
- FFLCH/USP. *Actas da V Reunião Internacional de Camonistas*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1987.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *Historia da Litteratura Classica. 1a Epocha: 1502-1580*. Porto: Livraria Clássica Editora, 1922.
- FRAGA, Maria do Céu. *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2003.
- FRAGA, Maria do Céu; MARTINS, José Cândido de Oliveira; FERRO, Manuel (Org.). *Camões e os Contemporâneos*. Coimbra / Ponta Delgada / Braga: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC) / Universidade dos Açores (DLLM) / UCP, 2012.
- FRANCO, Marcia Arruda. *Camões e Garcia de Orta em Goa e em Portugal*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2019.

- HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, JOSÉ LUÍS (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 11-43.
- HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. *Floema*, v. II, 2006, p. 15-84.
- HUE, Sheila Moura. A impressão da lírica dos contemporâneos de Camões. *Floema*, v. A, n. 5, 2009a, p. 65-98.
- HUE, Sheila Moura. Domingos Fernandes e as peripécias de um editor camoniano. *Floema*, v. 1, n. 7, 2010, p. 101-121.
- HUE, Sheila Moura. Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: das variantes textuais e das atribuições autorais. *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, v. 5, n. 5, 2009b, p. 1-18.
- HUE, Sheila Moura. Lusíadas (Os), Edição dos «piscos». In: AGUIAR E SILVA, VÍTOR MANUEL DE (Org.). *Dicionário de Luís de Camões*. Alfragide: Caminho, 2011.
- LUND, Christopher C. (Org.). *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- MARNOTO, Rita (Org.). *Comentário a Camões. Vol. 1 Sonetos*. Lisboa: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos / Cotovia, 2011.
- MARNOTO, Rita. *O petrarquismo português do Cancioneiro geral a Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.
- NASCIMENTO, Maria Teresa. *O diálogo na literatura portuguesa: Renascimento e maneirismo*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2011.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. *História de Portugal, Volume 1: Das origens às revoluções liberais*. Lisboa: Palas, 1977.
- PINA MARTINS, José V. de. Camões, poeta renascentista [Excerto]. In: BERNARDES, JOSÉ AUGUSTO CARDOSO (Org.). *História crítica da literatura portuguesa. Vol. II: Humanismo e renascimento*. Lisboa: Verbo, 1999, p. 456-460.
- PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *A crítica camoniana no Século XVII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. *História da literatura portuguesa desde as origens até a atualidade*. Lisboa: Lumen, 1921.
- SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2010.
- SEABRA PEREIRA, José Carlos; FERRO, Manuel (Org.). *Actas da VI Reunião Internacional de Camonistas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- SENA, Jorge de. *Trinta anos de Camões. 1948-1978. I Vol.* Lisboa: Edições 70, 1980.
- SPINA, Segismundo (Org.). *Presença da literatura portuguesa. Vol. 1 Era Medieval*. 11a ed. Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 2006.

VENTURA, José Manuel Rodrigues. *João Soares de Brito: um crítico barroco de Camões*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Recebido em 17/11/2020
Aceito em 27/04/2021

ⁱ **Matheus de Brito** atualmente realiza investigação pós-doutoral no Departamento de Teoria Literária do IEL/Unicamp, com o projeto “O *ethos* do dissídio na lírica camoniana”, subsidiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Doutor em Teoria Literária pela Universidade de Coimbra e, sob regime de cotutela, pela Universidade Estadual de Campinas (2017). É licenciado em Português pela Universidade de Coimbra (2011). Colabora com o Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (2011–) e o Centro de Literatura Portuguesa (2011–).
E-mail: matheusb.debrito@gmail.com